
'AS SOCIEDADES NÃO ESTÃO CIENTES DE QUE AS CONQUISTAS SOCIAIS E POLÍTICAS DAS ÚLTIMAS DÉCADAS ESTÃO EM RISCO': RADIOGRAFANDO A CONTRAOFENSIVA ULTRACONSERVADORA

Entrevista a Pedro Schacht Pereira

Carlos Benítez Trinidad

Universidad Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, España / CHAM Centro de Humanidades Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal

carlos.bt.86@gmail.com

Pedro Schacht Pereira é professor associado de Estudos Portugueses e Ibéricos na The Ohio State University, nos EUA, fazendo parte da equipa docente que em 2012 criou na mesma instituição um programa de doutoramento em Estudos do Mundo de Língua Portuguesa. Licenciou-se em Filosofia pela Universidade de Coimbra, em 1993, e doutorou-se em Estudos Portugueses e Brasileiros pela Brown University em 2005. O seu primeiro livro, sobre as relações entre filosofia e literatura em Almeida Garrett, Eça de Queirós e Machado de Assis, foi publicado em 2014 pela Imprensa da Universidade de Coimbra e a Editora Annablume (São Paulo). Dos vários projetos que tem em curso destacam-se uma monografia sobre Eça de Queirós e o sublime africano, uma investigação sobre as raízes pré-freyreanas do discurso lusotropicalista, e outra sobre a representação da afrodescendência em Portugal na primeira metade do séc. XX. Foi autor e promotor da Carta Aberta em que vários académicos, jornalistas e figuras públicas portuguesas e estrangeiras em abril de 2017 se demarcaram das posições assumidas pelo Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa num discurso em Gorée, no Senegal, sobre o alegado papel histórico de Portugal na abolição da escravatura.

Benítez, C.. (2019). 'As sociedades não estão cientes de que as conquistas sociais e políticas das últimas décadas estão em risco': radiografando a contraofensiva ultraconservadora. Entrevista a Pedro Schacht Pereira. *Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales (XII)*, pp. 13-26. Recuperado de <https://iberoamericasocial.com/as-sociedades-nao-estao-cientes-de-que-as-conquistas-sociais-e-politicas-das-ultimas-decadas-estao-em-risco-radiografando-a-contraofensiva-ultraconservadora/>

Iberoamérica Social: Um tema que parece interessar-lhe muito, e que resulta norteador comum em boa parte de seu trabalho, é a sobrevivência de certos imaginários imperialistas no fundo da mentalidade de algumas sociedades atuais. Estes têm uma tendência, ainda que mais ou menos velada, direcionadas por propostas racistas, xenófobas e, em muitos casos, reacionárias. Como pode explicar o surgimento poderoso deste imaginário, que parecia estar latente, nas mãos de figuras como Bolsonaro, Trump, etc.?

Pedro Pereira: Estou longe de ser a pessoa mais preparada para responder a esta pergunta, tendo em conta que, não sendo cientista social, não tenho por regra acesso a dados e estatísticas que cimentem aquilo que penso sobre o assunto para além da evidência empírica. Naturalmente que busco informação em diversos quadrantes, até porque, enquanto docente e investigador dos estudos literários, penso ser impossível desenvolver um trabalho relevante sobre a literatura sem atender ao facto de que nela se cruzam virtualmente todas as disciplinas e áreas do saber. Mas, de um modo geral, e até atendendo às limitações de uma agenda de investigação na era da universidade neoliberal, as fontes a que tenho acesso e que normalmente busco estão relacionadas com a produção cultural num sentido lato, e especificamente com a literária, e é aí que tenho encontrado evidência abundante da “sobrevivência de certos imaginários imperialistas no fundo da mentalidade de algumas sociedades atuais”. Isto é, tem-me sido possível reconhecer em eventos recentes, em Portugal, no Brasil ou nos EUA (os espaços nacionais em que a minha profissão me tem obrigado a mover com mais frequência), a sobrevivência e o ressurgimento na atualidade de discursos que julgávamos



superados, e que nos casos português e norte-americano foram alvo de rejeição coletiva e, no caso português, podemos até—ou deveríamos—falar de um projeto de refundação nacional assente numa nova Constituição. São discursos que ecoam ideias do séc. XIX ou por vezes até anteriores, e que, nalguns casos, eram já alvo de escrutínio crítico ou até de contestação social nesse tempo, e que hoje em dia voltam a ser repetidas com um grau de candura variável consoante o país sobre o qual falamos, mas que sempre suscitam perplexidade—e assombro e inquietação—em quem as reconhece de textos com os quais trabalha na sala de aula e/ou no gabinete.

Em Portugal existe a crença de que o 25 de abril pôs uma pedra sobre o colonialismo e o racismo, até porque o golpe militar foi feito na rejeição inequívoca da política colonial do Estado Novo, e num espírito de solidariedade para com os movimentos de libertação africanos. Em 2017

o historiador Francisco Bettencourt foi curador de uma exposição sobre *Racismo e Cidadania* no Padrão dos Descobrimentos, em Lisboa (ele é autor de um livro importante sobre o tema dos racismos, que foi publicado originalmente em 2013). A convite do Padrão, fui anfitrião de uma visita guiada, e procurei sensibilizar os visitantes do dia para duas questões que me surpreenderam: a ideia de que não faz sentido falar de racismo em Portugal após o 25 de abril, apresentada pelo curador até como justificação para a exposição terminar nesse período, e a quase total ausência de material sobre a guerra colonial e/ou de libertação africana, sendo que foi esse episódio traumático que mais cidadania permitiu criar, em Portugal como nos países africanos que se libertaram do jugo colonial português. É verdade que o racismo é rejeitado na Constituição, mas a vida pública em Portugal está cheia de exemplos da sobrevivência do racismo a nível institucional como interpessoal, os estudos realizados bem como a agenda mediática comprovam-no. Já sobre o imaginário imperial, o 25 de abril e 45 anos de democracia foram incapazes de beliscá-lo, como constatamos com a polémica inquinada sobre o Museu das Descobrimentos. Em todo o caso, constato que, de uma forma geral, estas ideias surgem no espaço público ainda com uma enorme candura no caso português. Por isso Marcelo Rebelo de Sousa de certa forma procurou rever em São Tomé o discurso veiculado um ano antes em Gorée, quando alegremente reproduziu mitos salazaristas sobre o pioneirismo português na abolição da escravatura. Nos casos norte-americano e brasileiro temos já dois presidentes eleitos numa plataforma despudoradamente racista, autoritarista, imperialista e xenófoba. Com elementos claramente fascistas no caso brasileiro, e de supremacia branca no caso norte-americano. De novo, não sendo cientista social, o que posso avançar em termos de explicação é muito provisório, mas para mim é claro que

estas eleições responderam a fatores tão internos quanto externos, e que a desastrosa gestão social e política das crises de 2008-2010 (desastrosa para as populações, que não para o capital financeiro), somada ao caldo de cultura que marca os países com uma herança colonial, como são os países de que falamos, e o ambiente tecnológico que caracteriza as sociedades atuais, tornaram a canalização da frustração e do ressentimento na direção de soluções populistas uma tarefa não só imaginável como viável politicamente. Por outro lado, é óbvio que são as próprias transformações sociais ocorridas nas últimas décadas, e que possibilitaram, entre outras coisas, o acesso de populações tradicionalmente excluídas ao espaço público, a constituir um significativo fator de irritação. Isso nota-se em Portugal com a crispação nas redes sociais, e com a resposta sobranceira que personalidades públicas ligadas às elites sociais e políticas—habitadas a ter o monopólio da palavra impressa—procuram dar a essa visibilidade acrescida. E no Brasil é notório o revanchismo das classes privilegiadas em relação ao acesso que uma percentagem significativa da população teve, nos governos do PT, ao consumo, à habitação e à educação superior. Nos EUA, Trump soube navegar e até estimular o ressentimento em relação à presença do primeiro presidente negro na Casa Branca. Uma presidência que foi particularmente benigna, sublinhe-se, para os interesses instalados.

IS: É muito interessante o que você está dizendo, por um lado, o renascimento de velhos discursos de imperialismo e de supremacia do século XIX que têm visto um campo fértil numa sociedade maltratada pelo neoliberalismo assim como um canalizador no descontrole que supõem os canais atuais de comunicação liderados pelas redes sociais. Infelizmente parece uma premissa própria de

um filme ambientado num futuro distópico, com sociedades que em vez de construírem mentalidades e comunidades abertas, tolerantes e intelectualmente ativas; usam as novas tecnologias de comunicação e o acesso infinito à informação para ser cada vez mais reacionárias, temerosas e inclusive retrocedendo em conhecimento (como pode demonstrar o florescimento do movimento anti-vacinas ou os terraplanistas).

Como você poderia explicar, enquanto pesquisador surpreendido ao comprovar o renascer de discursos e imaginários de séculos atrás, a sobrevivência desse imaginário? Qual pode ser o mecanismo mental e cultural para isso? Como é possível que construções tão ultrapassadas sobre a forma de perceber a realidade, continuem vivas e ainda saudáveis nestes tempos em que vivemos?

PP: No caso português não houve rupturas discursivas que quebrassem a continuidade desses imaginários, não obstante os significativos desafios que se verificaram com a guerra de libertação dos povos africanos, o 25 de Abril e as independências (evito usar o termo “descolonização” porque estou convencido de que ela não se verificou no espaço metropolitano, e só avançou parcialmente nos novos países africanos de língua portuguesa, e de forma desigual em cada um deles). A democracia portuguesa, com as suas imperfeições e as suas assinaláveis conquistas, é impensável sem a libertação dos povos africanos, que constituiu também uma libertação dos portugueses em relação a um projeto colonial que beneficiou sobretudo as elites sociais do regime anterior, e uma oportunidade de pôr fim a um discurso colonial que, no limite, boicotava o sentido das conquistas sociais e políticas possíveis

com o fim do Antigo Regime. Não obstante eu vir a interessar-me pelas questões da Colonialidade no discurso cultural em língua portuguesa de uma forma mais séria desde 2010, foi com a tímida comemoração das independências africanas em 2015, bem como o surgimento de uma literatura mais contundente sobre a memória do colonialismo e do seu fim, na primeira década deste novo século, que passou a ser para mim muito claro que havia em Portugal—como há em todos os países com herança colonial—um mal de memória, e uma continuidade discursiva que se verifica mesmo em autores que nos anos 70 e 80 se posicionaram criticamente em relação ao colonialismo.

Em parte, esta continuidade explica-se pelo facto de que raramente foi questionada antes. Foi apenas em 1975 que o ciclo imperial da história portuguesa terminou, tendo sido até então legitimado em diversas instâncias nacionais e internacionais por um discurso que tem raízes muito antigas na evangelização cristã, depois metamorfoseada em discurso de “missão civilizadora” já nos finais do séc. XIX. Por outro lado, e na ausência de um movimento abolicionista forte em Portugal, capaz de questionar a virtude dos projetos coloniais concebidos para territórios que até então tinham servido quase em exclusivo como fonte de mão de obra escravizada para as Américas, este discurso respaldou-se também no pudor com que o liberalismo reage às suas próprias contradições, e que só nos nossos dias começa a ser questionado e até denunciado. Esse pudor está patente por exemplo na forma como Alexandre Herculano comenta nos Opúsculos o testemunho de um visitante da corte papal no séc. XVI e que denunciava a prática da reprodução de escravos em cativeiro no Paço Ducal de Vila Viçosa. Diz sobre isso o fundador da historiografia moderna em Portugal que “falando



dos escravos, a linguagem do autor é bastante solta, e por isso não transcreveremos esta passagem.” O branqueamento do envolvimento histórico de Portugal no tráfico ibérico e depois transatlântico de pessoas escravizadas foi uma prática recorrente que até aos nossos dias se manteve, com a demissão do estado e das escolas em relação ao ensino das dimensões menos edificantes da História. Esse branqueamento trespassa a prosa de ficção portuguesa do século XIX, onde a questão é frequentemente referida de forma sempre indireta. Um romance que era leccionado na escola no meu tempo de estudante e que pode ser lido como um imenso circunlóquio sobre a temática da escravatura e do seu peso na economia da Regeneração e na geografia urbana da cidade do Porto é *Uma Família Inglesa*, de Júlio Dinis. No entanto, o único trabalho académico que conheço em que a questão é enfrentada com rigor e de forma direta é o capítulo de uma tese de doutoramento de uma minha ex-orientanda, e ainda inédito. O mesmo, e apesar de tudo, é possível dizer sobre toda a obra romanesca e jornalística de Eça de Queirós, onde esse pudor é já representado como hipocrisia em *O Primo Basílio*

e *Os Maias*, assunto sobre o qual me pronuncio num artigo publicado no ano passado em Portugal, mas que não me consta que seja sequer referido nas salas de aula das escolas secundárias em que a obra de Eça constitui leitura obrigatória. É neste contexto de pudor, negação e denegação que temos de procurar as razões para as controvérsias que têm surgido em anos recentes no espaço público em Portugal, como a que se gerou em torno das palavras do Presidente Marcelo Rebelo de Sousa aquando da visita ao Senegal (e que celebravam o alegado pioneirismo português na abolição da escravatura, uma ideia que ajudou a cimentar a propaganda colonialista do Estado Novo, mas que não tem qualquer sustentação na realidade histórica e/ou no registo documental), ou, mais recentemente ainda, sobre a proposta de criação de um “Museu dos Descobrimentos”, entre outras. Há um golfo enorme a separar a investigação científica, o debate especializado—mas mesmo aqui há muito terreno a recuperar em Portugal, não obstante o trabalho excelente que investigadores jovens e outros menos jovens vêm publicando—e a sua representação no debate público, e por isso assistimos a caricatas tomadas de posição, de pessoas que escrevem como se tivessem tido a sua honra ofendida, apenas porque os investigadores deixaram de reproduzir de forma reconhecível a ideologia dominante. E, ao fazerem-no, não se dão conta que reproduzem os termos de debates anteriores, como o que opôs Pinheiro Chagas (escritor e Ministro das Colónias no governo de Fontes Pereira de Melo) e Eça de Queirós nos anos 80 do século XIX. Mas uma coisa é termos curiosos e historiadores de segunda linha a pronunciarem-se em termos que desde esse tempo foram representados como burlescos; mais desconcertante é assistirmos às declarações de intelectuais da craveira de Eduardo Lourenço ou de Lídia Jorge, que recentemente se referiam aos cientistas sociais e humanistas

que declararam publicamente a sua oposição ao projeto de um museu dos descobrimentos em termos depreciativos e acusatórios, alegando o primeiro que pretendiam “crucificar este país”, ou a segunda que existiria em Portugal um “movimento de universitários” com a intenção de “expiar a nossa culpa”. É verdade que foi E. Lourenço quem, em textos coligidos num volume recente intitulado *O Colonialismo como nosso impensado*, postulou a ideia curiosa de que Portugal teria superado a sua história colonial sem sobressalto de maior. O nosso tempo mostra que essa ideia não faz qualquer sentido, porque não existem povos desempregados da História, os debates atuais provam que a História segue o seu curso, e que interpelar os silêncios da história colonial faz parte de uma historiografia rigorosa e, em geral, de uma visão crítica sobre o presente e a sua carga histórica. Deve igualmente fazer parte dos debates sobre o futuro.

IS: Parece então que Portugal tem mantido uma linha argumentativa sobre o próprio passado no qual se mantinha em silêncio os seus aspetos mais crus enquanto realçava mitos sem fundamento histórico. Desde a facilidade portuguesa para se misturar com a populações locais gerando sociedades mestiças e etnicamente “democráticas” até a maturidade do povo português por “conceder” a emancipação às nações africanas depois de derrocar o salazarismo. Esse relato adoçado hegemônico em Portugal parece que tem afastado, com a estratégia que você fala de ‘pudor, negação e denegação’, a necessidade de enfrentar os próprios demônios. Acredita que isso tem “protegido” Portugal do auge da ultradireita?

O Brasil, por exemplo, país que sempre teve uma noção de sua própria história

adoçada pela democracia racial da colonização portuguesa e do homem cordial, questionou bastante nas últimas décadas esse relato. Questionamento que se viu reforçado pelas novas ondas de intelectuais críticos que chegaram a ocupar lugares de legitimidade, em grande parte graças aos governos petistas, e que trabalharam para desmontar tal relato tradicional para evidenciar os problemas do Brasil contemporâneo. Mas parece que essa onda crítica despertou o ser mais reacionário da própria sociedade brasileira levando para o poder, provavelmente, o governo mais conservador dos últimos cinquenta anos.

Pensa que é um pensamento que pode ser extrapolado para os Estados Unidos e para outros lugares da Europa?

PP: Não creio que tenha sido o pudor em enfrentar os próprios demônios que tenha protegido até agora Portugal da corrente da extrema direita. Desde logo, temos que ter em conta que esta corrente é internacional, bem organizada, e que conta com o apoio tácito da direita institucional, apoio esse que em Portugal se explica pelo facto de essa direita se ver completamente perdida após a narrativa da austeridade que constituiu o programa da coligação governativa no poder até 2015 ter falhado completamente, depois de ter infligido uma severa punição sobre a população portuguesa e ter levado a cabo uma política de empobrecimento do país, que incluiu a privatização a preço de saldo das empresas energéticas e das telecomunicações. A colagem ao discurso da extrema-direita a que vimos assistindo nos últimos meses, quer seja no discurso anti-imigração ou mais recentemente (e possivelmente com mais sucesso em certos grupos mais vulneráveis à influência de correntes mais retrógradas da Igreja

Católica e das igrejas evangélicas) na cruzada anti “ideologia de género” ou anti-“marxismo cultural” surge como uma espécie de *deus-ex-machina* para uma direita sem programa político que não seja o empobrecimento progressivo e implacável da população para garantir a manutenção dos privilégios políticos, sociais e económicos dos grupos de sempre. Mas, justamente por o avanço do populismo de direita ser um projeto internacional, parece-me ingénuo pensar que qualquer país esteja protegido. Podemos discutir até que ponto num país como Portugal se verificam as condições para o crescimento da extrema direita, mas parece-me eventualmente perigoso pensar que o país esteja a priori protegido do que quer que seja.

No rescaldo da vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais brasileiras, vários comentadores em Portugal propuseram a ideia de que a memória recente da ditadura ainda funciona como “*firewall*” contra a ameaça real da extrema-direita. É possível que assim seja. Mas para mim essa possibilidade não constitui motivo de sossego, nem sequer a título provisório. O mês de janeiro deste ano, com casos de violência policial racialmente motivada, repressão brutal sobre a primeira manifestação espontânea de jovens negros que tomaram a Avenida da Liberdade (uma ironia terrível!) para protestar contra a violência policial, e militantes de partidos da extrema-direita a assediarem nas ruas o ativista antirracista Mamadou Ba, juntamente com a declaração de irmandade proferida pelo Presidente da República no Brasil aquando da tomada de posse de Bolsonaro, pôs a descoberto a persistência em Portugal de um caldo de cultura que nunca passou por um processo de descolonização, talvez por o mesmo ter sido interrompido com a adesão do país à então CEE em meados da década de 80. É um caldo de cultura que continua a permitir que, nas



escolas, às crianças sejam repetidas as mesmas versões edulcoradas da história nacional que me foram repetidas a mim nos anos imediatamente a seguir à Revolução e à independência das colónias, sem que lhes sejam facultadas as ferramentas críticas para as desconstruir; é o mesmo caldo de cultura que, na Justiça, continua a garantir a total impunidade às forças policiais que todos sabemos estarem infiltradas pela extrema-direita. O facto de o atual governo contar com a primeira Ministra da Justiça negra na história moderna do país, e que é uma pessoa não só extremamente bem preparada como consciente dos problemas de que falamos, é apenas mais uma ironia de gosto amargo. Este caldo de cultura, que inclui a completa ignorância do público em geral a respeito da responsabilidade histórica do país na história da escravatura e do colonialismo, e a respeito da relação direta que existe entre esse passado e um presente em que os cidadãos negros e ciganos continuam a usufruir de uma cidadania de segunda classe, quando essa cidadania não lhes é negada de todo, e em que o paternalismo continua a ser a tónica dominante com que as culturas não-europeias são vistas; este caldo de cultura, associado a uma economia nacional sem grandes chances de crescimento exponencial no quadro da UE que foi desenhado pelos tratados de Maastrich e de Lisboa (outra amarga ironia!), e num quadro de desigualdade na distribuição

da riqueza, constitui para mim fonte de grande inquietação.

Por outro lado, a linha argumentativa que menciona na pergunta vem sendo questionada cada vez com mais intensidade. Há agora pessoas que, tendo sido educadas numa universidade que, não obstante todos os seus constrangimentos, está há 40 anos aberta a quase todos os portugueses (os negros e os ciganos continuam a entrar, e sobretudo a formar-se, a conta-gotas) independentemente da sua classe social, e que tiveram a oportunidade de ler outras coisas, viajar, discutir ideias com pessoas noutras latitudes e experimentar outros sistemas de ensino e outros protocolos de trabalho científico e académico, faz com que as fragilidades dessa linha argumentativa sejam cada vez mais patentes, e cada vez menos toleradas. Refiro-me tanto a portugueses que trabalham em universidades e instituições de investigação estrangeiras como àqueles que, trabalhando em instituições portuguesas, têm hoje um nível de mobilidade que é incomparável com o de gerações anteriores. Resta saber se o impacto desta renovação geracional será suficientemente profundo para efetuar uma renovação epistemológica. O estrangulamento das carreiras universitárias não facilita. Tenho sobre isto uma posição de optimismo moderado. Mas não tenho dúvidas de que o surgimento de novas vozes está a provocar debates que considero urgentes em Portugal, e urgentes não tanto porque esses debates constituam uma espécie de *aggiornamento*, mas antes porque, na minha óptica, eles constituem o aprofundamento das conquistas que a democracia tem possibilitado, e que tem inscritas como promessa na Constituição.

Por fim, e em relação ao Brasil e a extrapolação do que por lá se vem passando para os EUA e/ou a Europa: as reformas dos últimos vinte anos, e que

possibilitaram o resgate de milhões de pessoas da pobreza extrema, e o acesso da população negra ao ensino superior e a profissões que lhes estavam anteriormente vedadas, ocorreram no seio de uma sociedade que não abandonou de todo a sua herança escravocrata, em que a população negra constitui metade da população nacional. Foram progressos consideráveis, conquistados num período de tempo curto, mas sem que os privilégios da elite tivessem sido beliscados, e num país que amnistiou uma ditadura militar brutal e relativamente recente. O revanchismo a que assistimos desde 2013, e que teve o sucesso que sabemos, é, no entanto, temperado com o surgimento de uma consciência política inédita nos setores marginalizados da população, que representa um capital de resistência e de esperança. Em Portugal, que foi uma sociedade não-escravocrata com escravos até ao século XIX, e que desde então conseguiu com bastante sucesso invisibilizar a sua população negra e as marcas que ela sempre deixou na cultura nacional, a situação não é comparável. Mas compete à esquerda encontrar a fórmula que permita a consciencialização de que a voz que os movimentos negros agora procuram conquistar não é uma ameaça para a população em geral, sendo pelo contrário uma oportunidade única de consciencializar a população para as vantagens da solidariedade política. Há um caminho enorme a percorrer, decerto.

Nos EUA a maioria da população não se identifica com o discurso da extrema-direita, nem creio que exista o risco de vir a identificar-se; no entanto, o sistema político e os atavismos do sistema eleitoral têm permitido uma hegemonia do Partido Republicano nos governos estaduais, o que permite o avanço de políticas extremamente reacionárias contra a vontade da maioria do eleitorado. O que houve, e ainda antes do Brasil, foi

uma colagem do Partido Republicano à extrema-direita do *Tea Party*, após a eleição histórica de Obama, e o consolidar desse movimento já com Trump no poder. Os estragos infligidos têm sido muitos, e vão continuar. Mas quero crer que a voz da maioria acabará por conseguir impor-se.

IS: Pelo que posso interpretar (me corrija se eu estiver errado), você desenha um panorama parecido, grosso modo, entre os três países que estamos tentando analisar de forma comparada nesta entrevista. Sociedade dinâmicas, cada vez mais abertas e tolerantes, têm conseguido começar a questionar os seus passados, mas têm topado contra a estrutura de um sistema que luta pela sua supervivência, a última de suas estratégias que emana no ressurgir da extrema direita populista. Em Portugal, por se tratar de uma geração mais recente a ter começado a questionar o sistema, uma geração na qual você tem esperanças, estaríamos em perigo diante esse tipo de reacionarismo que ainda não tem surgido mas que está latente sob as características que foram enumeradas anteriormente por você. No Brasil, a rápida mudança que permitiu começar a violar a lacuna que afastava a população subalterna tem despertado os piores demônios do sistema que tradicionalmente garantia as desiguais relações de poder, tendo como violenta reação a eleição de Bolsonaro. E por ultimo, os EEUU, ainda sendo uma sociedade em rápida mudança, a fortaleza da estrutura do sistema político americano tem permitido levar ao poder, apesar de ser minoria, os setores mais reacionários. Parece então que estamos diante de um ponto de inflexão histórica que pode acabar em múltiplas realidades, ainda que muitas delas sejam

pavorosas.

Você acha que as sociedades destes países são cientes disso?

Por outro lado, há quem acuse à mídia de conivência com esta contraofensiva ultraconservadora. O que pensa do papel dos meios tradicionais de comunicação? Talvez houve uma conivência original, mas depois transformou-se em pânico quando eles mesmo foram desacreditados? O que pensa sobre a cultura das *fakenews*, da informação propagada pelas redes sociais e a crescente descredito da mídia tradicional no contexto histórico que estamos vivendo?

PP: Não sei se as sociedades como um todo estão cientes de que estamos perante um momento de inflexão histórica, em que as conquistas sociais e políticas das últimas décadas a que nos habituámos a considerar como adquiridas estão em risco. Mas não falta gente ciente disso nesses três países. No Brasil as perdas iniciaram-se já e a grande velocidade (é essa a agenda do bolsonarismo, de resto), nos EUA elas não são ainda perceptíveis senão para as populações-alvo (migrantes, populações racializadas, operários da indústria pesada, maioritariamente apoiantes de Trump, que viram os seus empregos migrarem para outras latitudes porque as fábricas que iriam ser enormes nas promessas eleitorais estão a fechar sem apelo nem agravo), apesar de que muito em breve a extensão do desastre será visível: as nomeações para os tribunais (incluindo o Supremo), a desregulamentação ambiental, o desmantelamento do lamentável plano de saúde com que Obama esgotou todo o seu capital político acumulado com a histórica vitória de 2008, e que mesmo assim deu acesso a cuidados de saúde a franjas da população historicamente privadas desse

direito básico... a erosão do direito à interrupção voluntária da gravidez avança implacavelmente, através de uma estratégia assente nos estados, em que as legislaturas conservadoras propõem leis extremas que irão ser sucessivamente chumbadas nos tribunais de pequena e média instância, com a esperança de que o Supremo Tribunal finalmente declare inconstitucional a lei dos anos 70, agora que é composto por uma maioria de juizes conservadores, todo um plano ultra-maquivélico traçado por Mitch McConnell ainda durante a administração Obama, e que está a surtir todo o efeito almejado. É toda uma paisagem de devastação que se anuncia, e que só um milagre político poderá evitar, ou ao menos atrasar. Em Portugal os riscos dizem respeito à estratégia adoptada pelo centro-direita que, completamente desacreditado pela cumplicidade com um projeto de destruição do país, pisca o olho aos populismos na esperança de daí extrair os dividendos que não pode obter de outra forma. Há sintomas claros desta estratégia que são visíveis nos últimos meses, como o súbito aparecimento na arena pública de discursos sobre "ideologia de género", vindos diretamente da distopia brasileira assombrar a relativa pacatez portuguesa. A proliferação de novos movimentos de extrema-direita é notória, e apesar de não terem grandes chances de sucesso é assustador que se mostrem cada vez mais em público sem qualquer pudor. Os próximos atos eleitorais serão muito importantes, e as europeias constituirão um bom barómetro, até pelas reconfigurações a que se irá assistir na Europa, e desde logo em Espanha. Em relação a este país, as eleições do passado fim de semana conseguiram evitar o pior, mas a entrada do Vox no parlamento é um sinal vermelho cuja intensidade poderá aumentar nas eleições europeias, que dificilmente conseguirão garantir o mesmo grau de participação.

Sobre os média o caso português é paradigmático: a concentração dos principais meios nas mãos de forças conservadoras significa que a informação hoje disponível é de qualidade mais do que questionável; mas o problema é também o das campanhas de desinformação promovidas por cadeias de televisão e jornais tidos como referências, numa altura em que o jornalismo, e sobretudo o jornalismo de investigação, passa por uma grave crise. É o exemplo da *Fox News* americana a dar os seus frutos. Em Portugal os meios de comunicação tradicional apostam no futebol durante os sete dias da semana, e em programas de debate e comentário político nas televisões em que os comentadores são maioritariamente homens brancos, repetentes dos mesmos ou outros canais. Nos jornais, a opinião está limitada a uma ampla maioria de homens brancos e de meia-idade, com representantes de outros pontos de vista a publicarem de vez em quando artigos que nunca são pagos, porque os chefes de redação não têm recursos. Sinais de cumplicidade com a contraofensiva ultraconservadora estão visíveis nas televisões, onde em nome da conquista de audiências se convidam ex-condenados por crimes de sangue para programas matinais, para verem lavada a sua reputação e normalizada a sua virulência antidemocrática. Apesar de tudo estar em fluxo neste domínio, é difícil conceber democracias robustas sem um jornalismo sério; por outro lado, as redes sociais vieram conquistar um papel importantíssimo na oferta de garantias de uma maior visibilidade para vozes tradicionalmente excluídas do espaço público. Mas elas exacerbam também o ritmo e a carga emocional da comunicação, e as agendas ultraconservadoras terão sido as primeiras a tomar partido dessa situação para fins de instrumentalização da opinião, com evidente sucesso nos EUA e no Brasil. É um fenómeno novo,

para o qual o antídoto não foi ainda descoberto.

Prova de que os meios tradicionais de comunicação mantêm um papel a desempenhar nas sociedades atuais é a sanha com que Donald Trump os tem atacado desde que tomou posse como presidente dos EUA, só comparável à obsessão que os media tradicionais têm com Trump, numa espécie de atração fatal em que termina por ser sempre este último a determinar a agenda do debate. Os ataques à imprensa por parte do presidente verificaram-se ainda antes das eleições de 2016, tendo muito embora sido amplificados desde então. Parte do método consiste em atribuir o epíteto de *'fake news'* àqueles jornais que questionam as ações e o discurso do presidente, sendo ele o grande transmissor de notícias falsas. O Brasil de Bolsonaro tem elevado esta técnica a níveis praticamente alucinatórios; num artigo de opinião da versão brasileira do El País online hoje (10-04-2019), a articulista Heliane Brum descreve bem o efeito de paralisia baseado no desgaste da linguagem que as *fake news* têm promovido no Brasil, ao ponto de praticamente não existir oposição ao governo, porque é desde logo o governo que exerce a oposição sobre si próprio, provocando o caos como uma forma de política de choque e modo de forçar os brasileiros ao silêncio e à conformação com a normalização do inconcebível. Nenhum debate político efetivo pode ter lugar apenas com um interlocutor.

As redes sociais têm tido um papel importante na democratização e ampliação da esfera pública, mas comportam riscos inerentes que sobretudo os movimentos populistas-nacionalistas têm sabido amplificar a seu favor, tais como o *trolling* profissional, o acicatamento de posições extremas, o facilitismo e a dispensa prévia de verificação da autenticidade da informação e das suas fontes, e, algo que no caso português tem sido muito

revelador, a ilusão que as pessoas aparentam ter de que, porque tudo se passa apenas entre o teclado e o ecrã, elas estão protegidas e podem por isso dizer nas redes o que nunca se atreveriam a dizer face a face. Há um clima geral de impunidade que alterou por completo as regras tácitas do decoro que deve marcar o debate público, porque desde logo este tipo de comunicação facilita a perda de respeito pelo interlocutor. Mas, enfim, sinto que sobre tudo isto é-me ainda difícil falar com propriedade, pois não só não estudo profissionalmente a comunicação como faço também parte da realidade que urge examinar e para a qual alguns antídotos ou "muros de segurança" são necessários. Mas é uma evidência que nenhuma *firewall* substitui a ética e o respeito pelo outro.

IS: E para concluirmos... O mundo académico arrasta a imagem histórica de ser um lugar de elites e para elites (sejam por origens económicas e/ou intelectuais), um lugar afastado da realidade da grande população. Essa ideia, apesar da popularização nas últimas décadas do acesso à universidade, segue fortemente arraigada na sociedade, ao ponto de poder se permitir Donald Trump ou Bolsonaro de desprestigiarla ou falar dela como bobagem, sem mermar o capital político deles.

Como você observa a situação do mundo académico hoje? A ciência e a educação que emanam deles continuam a ser concebidas como fontes fiáveis de conhecimento ou sucumbiram também diante a relativização infinita dos argumentos e da verdade individual construída como trincheira? Estão os académicos condenados a só poder matizar um debate social e político acirrado e, cada vez mais, intelectualmente pobre?

Estamos diante de um arbitro cujas decisões não são apreciadas por nenhuma equipe?

PP: Apesar de ter tido, do lado materno, antepassados que tiveram frequência universitária, eu faço parte daquele grupo de pessoas que em Portugal constituem uma primeira geração de diplomados, isto é, que cresceram no seio de um agregado familiar em que não existiam nas gerações imediatamente anteriores modelos de conduta a seguir em termos de percursos académicos e/ou ligados às profissões liberais, e que só chegaram onde chegaram porque o 25 de abril e a democracia permitiram que certas profissões deixassem de se reproduzir apenas no interior de certos círculos familiares e de classe. Esta é de facto uma das grandes conquistas da História recente de Portugal, nunca antes o ensino superior tinha sido acessível a todos os cidadãos independentemente da sua origem sócio-económica e étnico-racial, ou de parâmetros como a identidade de género e a orientação sexual. Quando eu frequentei a universidade em Portugal o ideal da gratuidade tendencial, inscrito na Constituição, estava apesar de tudo muito mais próximo de ser atingido do que hoje: a introdução de propinas nos cursos de licenciatura aconteceu logo após a minha formatura, e ainda participei nas grandes lutas contra a lei das propinas em 1993. Mas é justo reconhecer que, muito embora a democratização do acesso ao ensino superior tenha tido resultados bem visíveis, permanecem ainda muitos desafios sérios à ideia de um acesso universal: desde logo, os mesmos entraves que a geração dos meus pais encontrou nos anos 50-60 mantêm-se para os setores racializados da sociedade portuguesa, há estudos que mostram quão exíguos são os números do acesso de afrodescendentes e/ou de ciganos às universidades em Portugal, e há ainda muitas resistências institucionais e outras às medidas

que poderiam mitigar essa flagrante injustiça. Os custos que isto tem para a sociedade portuguesa globalmente considerada são enormes, já sem dizer nada sobre o impacto dessa injustiça nas populações discriminadas. Em todo o caso, e não obstante a permanência de alguns atavismos do período ditatorial, somados a fenómenos do nosso tempo como o do congelamento das carreiras académicas, não se pode dizer hoje com a mesma propriedade que a universidade é ainda um reduto elitista. Basta olhar para o número de monografias publicadas no âmbito de um leque bem diversificado de disciplinas, e para a idade média dos seus autores, para percebermos que algo mudou a este nível em Portugal. Poderíamos também falar sobre o que aconteceu nos últimos vinte anos no Brasil, e das transformações possibilitadas pela abertura da instituição universitária a setores da população historicamente excluídos, até se poderia discutir o papel que esta abertura teve no revanchismo ressentido dos setores privilegiados da sociedade brasileira e de como este nutriu o golpe institucional que levou à destituição da Presidente Dilma e à ascensão do grupo de gangsters e seus aliados ao poder no maior país da língua portuguesa, mas isso obrigaria a uma digressão morosa em relação ao tema da pergunta. Prefiro permanecer no caso português, até porque também em Portugal se vem assistindo em anos recentes a uma reação hostil de certos setores da sociedade em relação a tomadas de posição públicas por parte de académicos das ciências sociais e humanas. Um exemplo particularmente elucidativo é o que foi proporcionado pelo debate em torno do projeto de criação de um 'Museu dos Descobrimentos', que fez correr bastante tinta na imprensa tradicional e nas redes sociais ao longo de 2018, tendo esmorecido um pouco desde então. Face às posições críticas assumidas por um enorme leque de intelectuais, nem todos eles académicos, e

nem todos eles portugueses e/ou residentes em Portugal, verificaram-se reações que considero desconcertantes por parte de intelectuais e figuras públicas de destaque, e que incluem desde o ensaísta Eduardo Lourenço e a escritora Lídia Jorge, a figuras mais comprometidas com a direita mais ou menos nacionalista, como já mencionei em resposta a uma pergunta anterior. Foi particularmente perturbador tomar conhecimento de declarações públicas feitas por estas figuras com as quais nos habituámos a questionar os pressupostos da sociedade portuguesa anterior a 1974—e sobretudo a realidade do colonialismo tal como ela se experienciava na então “metrópole” e nas colónias—, nas quais as posições críticas em relação aos legados do colonialismo que vários académicos, artistas, jornalistas e outros intelectuais tomaram na âmbito do debate sobre o museu foram caracterizadas como “crucifixão” do país e da sua História, “autoflagelação” ou expiação de culpa suscitados por uma alegada visão anacronista da História. É sobretudo desconcertante constatar que os autores dessas declarações, pessoas cuja sofisticação de pensamento e expressão praticamente ninguém questiona, não sejam capazes de identificar o anacronismo da persistência de discursos identitários baseados no imaginário imperial. A este respeito, a controvérsia sobre a estátua de péssimo gosto que o Presidente da CML, na companhia do então Provedor da Misericórdia e de um dignitário da Igreja, inaugurou no Largo Trindade Coelho em Lisboa, supostamente comemorativa da figura do Padre António Vieira, foi muito elucidativa. Quando a 5 de Outubro de 2017 um grupo de cidadãos organizou um protesto sobre o carácter anacrónico da estátua—da sua linguagem escultórica bem como da mensagem paternalista e colonialista que promove—, todo o comentariado nacional, da direita à esquerda, se pronunciou a favor da figura do Pe. António

Vieira, como se fosse a sua figura em si o alvo do protesto. De forma indireta o comentariado nacional validou o contraprotesto promovido por forças neonazis que cercaram o entorno da estátua, impedindo com ameaças de violência física, e com a conivência da polícia, sublinhe-se, o acesso à estátua dos ativistas que tinham obtido autorização para se manifestarem. Uma pergunta pertinente: quantos desses ativistas, e quantos dos comentadores que se pronunciaram sobre o assunto, têm conhecimento do discurso negreiro do Pe. António Vieira, que sancionou a transformação de Angola num escoadouro de mão de obra escravizada para o Brasil? Outra pergunta: é certo que é esse Pe. António Vieira que essas pessoas aceitam celebrar? Porque não celebrar antes o escritor exilado que disse um dia “Para nascer, Portugal, para morrer, o mundo?” É certo que é uma frase passível de interpretação em chave épica, mas também se pode lê-la em chave elegíaca, como referência à emigração como inevitabilidade da pequenez de um país que se faz pequeno quando não garante aos seus cidadãos as condições para uma vida digna. É, em todo o caso, nesse escritor que eu me reconheço, um escritor atual e nada anacrónico.

Há vários fatores que explicam este desfasamento na visão que diferentes gerações detêm sobre a História, que não apenas a diversificação das leituras e orientações teóricas. Poderíamos também mencionar a exposição que muitos dos investigadores e docentes universitários mais jovens têm tido a sistemas universitários estrangeiros, caracterizados por uma muito maior abertura à informação e à sua livre circulação, e à abertura e democratização do debate. O ressentimento que se presente nas reações de intelectuais de gerações anteriores, eventualmente habituados a um controle mais ciumento da informação, e a uma visão mais

elitista da instituição universitária e do sistema cultural nacional, sugere que a sociedade estava de facto acomodada a uma visão elitista e estagnada que passou incólume pelo teste da chegada da democracia e da descolonização em 1974-75. Por outro lado, o surgimento recente de novas vozes de sujeitos racializados no espaço público, e as disrupções a que dá azo, sugere o quanto o processo de descolonização das mentalidades ficou por fazer, e só 45 anos após a Revolução e o fim do império colonial começa finalmente a avançar, embora com custos. Que a disrupção seja experienciada não apenas pela sociedade em geral, mas também por intelectuais associados à resistência ao regime anterior, é a prova de que a descolonização das mentalidades possibilitada também pelo trabalho universitário é um desafio transversal à totalidade do espectro político português e deveria constituir matéria de reflexão.

Sobre a situação do mundo académico hoje, é preciso constatar a sua dimensão sistémica, transnacional. Se diferentes espaços nacionais, regionais e linguísticos são mais vulneráveis a determinados ataques, a verdade é que os desafios que a instituição universitária hoje enfrenta são sistémicos, e avassaladores: trata-se simplesmente da implementação paulatina de um modelo de universidade, enquanto instituição científica e pedagógica, que nada tem a ver com os modelos medieval e/ou oitocentista. Seria fácil sucumbir à tentação de considerar estes desenvolvimentos—a imposição do fator “empregabilidade” à organização curricular, científica e pedagógica dos cursos de licenciatura, e sobretudo ao financiamento das instituições; o investimento desmesurado em infraestruturas e em cargos administrativos de topo (algo visível sobretudo nos EUA) em detrimento da gestão democrática das instituições e do investimento

em áreas científicas onde ele é deficitário, a burocratização desenfreada do trabalho e a mercadorização dos fundos de investigação, etc. —como um fruto envenenado da democratização do acesso ao ensino superior, mas eu acho que é mais adequado considerá-los como o resultado de um plano cuidadosamente implementado de mercadorização total da educação e da investigação. Neste sentido, o desinvestimento anunciado pelo governo de Jair Bolsonaro nas áreas da Filosofia e das Ciências Sociais no Brasil é apenas a descarada e cruel vanguarda de um processo que na Europa e nos EUA avança diariamente e para já ainda envolto em eufemismos empreendedoristas. Mas, como se diz aqui, “*the writing is on the wall*”, quer dizer, o destino está traçado, e encaro os próximos tempos com enorme inquietação. Há várias disciplinas que correm o risco de pura e simplesmente desaparecerem, em nome da “empregabilidade” e da “rentabilidade” que supostamente não geram. Já começam a escassear os candidatos a doutoramentos nas áreas das Humanidades, sem dúvida alertados para a ausência de saídas profissionais. Mas o que importa desmascarar e debater é a natureza artificial dessa ausência planeada, porque as universidades deixaram de contratar docentes e investigadores quando podem depender quase exclusivamente de mão de obra precária e por vezes gratuita. É precisamente por serem fontes fiáveis de conhecimento que as instituições universitárias no Brasil estão a ser perseguidas; da universidade do futuro próximo não me atrevo a falar, mas admito que a natureza pouco fiável e pouco crítica do conhecimento que vier a produzir não será um obstáculo ao seu sucesso, numa altura em que a resistência estudantil praticamente se eclipsou, domesticada que foi pelos mesmos espectros da empregabilidade, do empreendedorismo, e da meritocracia.